

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Assunto: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/2020
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 0010335-34.2019

SEMPRE TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 34.125.760/0001-47, com sede na RUA 247 Nº 10 QD. 35 LT. 27 SALA 104 ANDAR 1 – SETOR COIMBRA, CEP: 74.535-530, Goiânia-Go, doravante denominada RECORRENTE, vem, respeitosamente, com fulcro nos artigos 5º, XXXIV e LV, “a”, e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados art. 109, I, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.666/93, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

face a decisão de desclassificação da empresa recorrente, proferida pelo Sr. pregoeiro no decorrer do Pregão Eletrônico nº 20/2020, desde já requerendo seja esta medida recursal remetida à autoridade que lhe for hierarquicamente superior, caso V. Sa., não se convença das afirmações adiante contidas e spont própria, abstenha-se de corrigir a ilicitude ora noticiada.

Com o fim de evitar a propositura de Mandado de Segurança perante o Poder Judiciário desse Estado, em decorrência do equívoco adotado por essa CPL quando da não aplicação de procedimento adequado na condução do certame, regras essas pacificadas como imprescindíveis pelos Tribunais de Contas, faz-se necessária a correção do Ato Administrativo ora atacado, consoante os termos adiante expostos.

Tempestividade

Como bem tem conhecimento essa Comissão Permanente de Licitação, o interregno para a interposição de medida recursal administrativa contra as decisões exaradas em procedimento licitatório promovido sob a modalidade Concorrência, não é outro, senão, o lapso temporal de 03 (três) dias úteis, contados da data em que se receber a manifestação de intenção de recurso.

Tendo em vista que a manifestação de recurso ocorreu em 06 de julho de 2020 (segunda-feira), inexistem dúvidas quanto ao termo final do prazo recursal a que se encontra essa Comissão Permanente de Licitação compelida a observar, posto que, apenas em data de 09 de julho de 2020 (quinta-feira), encontrar-se-á esgotado o interregno para a apresentação da presente medida recursal, razão pela qual é a mesma absolutamente tempestiva, devendo ser recebida e apreciada em todos os seus termos, notificando-se os demais licitantes para, querendo, apresentar suas correspondentes impugnações.

As Consequências Procedimentais Decorrentes do Presente Recurso Administrativo

Como bem tem conhecimento essa Comissão Permanente de Licitação, o presente Recurso Administrativo encontra-se na Lei Federal de n. 8.666/1993, precisamente em seu artigo 109, incisos e parágrafos, dispondo o § 2º de forma clara e objetiva que a interposição da presente medida acarreta ao processo licitatório efeito suspensivo, devendo essa Comissão Permanente de Licitação processar a pretensão da RECORRENTE quanto à alteração da Decisão Administrativa ora atacada e apenas dar prosseguimento ao certame supra apontado após encontrar-se a matéria tratada nesta medida recursal definitivamente julgada pela autoridade que lhe for hierarquicamente superior.

DOS FATOS:

Trata-se de procedimento licitatório que tem como objeto o fornecimento de microcomputadores com maior poder de processamento, conforme edital.

A empresa recorrente sagrou-se arrematante, no dia 06/07/2020, do Item 1, para fornecimento de 5 unidades de MICROCOMPUTADOR TIPO 001 a serem utilizadas pela Assessoria de Comunicação e Cerimonial (ASCOM) do TRE-MS.

Posteriormente, a empresa RECORRENTE foi inabilitada sob o fundamento de não ter comprovado que faz jus aos benefícios do Decreto 7174/10 (PPB+TP) conforme solicitado no item 4.1.7 do edital.

Cabe ressaltar que a empresa RECORRENTE atende integralmente aos requisitos estabelecidos no edital de licitação, haja vista que a fabricante possui o benefício PPB+TP, conforme consta na página 03 do manual apresentado junto com a proposta:

ANEXO IMAGEM - VIDE E-MAIL - Certificações: HCL Microsoft e Linux, PPB (Processo Produtivo Básico), RoHS, IEC 60950 e IEC 61000 CISPR 22:2008

Portanto, A EMPRESA SEMPRE MERECE SER HABILITADA, PELOS SEGUINTE MOTIVOS:

DO MÉRITO

O próprio catálogo anexado pela RECORRENTE comprova o PPB + TP. Além disso, a Administração poderia ter efetuado diligência caso houvesse dúvida sobre o atendimento aos benefícios do Decreto 7174/10.

A seguir documento complementar para comprovar o PPB + TP.

ANEXO IMAGEM - VIDE E-MAIL - Declaração POWERPC

Por meio da análise do documento, a Comissão Permanente de Licitação do TRE-MS pode confirmar a presença do PPB + TP.

Observe que a conduta do(a) i. Pregoeiro(a) violou flagrantemente o exposto no instrumento convocatório, além de restringir indevidamente a competitividade do certame:

17.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta. (grifado por nós)

Conforme destacado acima, a proposta da Recorrente foi inabilitada em razão do suposto não atendimento da exigência contida no item 4.1.7 do Edital, porém, não foi realizada diligência que fosse capaz de sanar com precisão as dúvidas existentes.

Entretanto, merece reforma a decisão, tendo em vista que os produtos ofertados da marca TCORP modelo ORION SERIES apresentados pela Recorrente demonstram, de maneira inequívoca, o pleno atendimento aos requisitos previstos no item 4.1.7 do Edital.

Tanto o catálogo quanto a ficha técnica e declaração fornecidos pelos fabricantes comprovam cabalmente que os produtos atendem o edital.

O TCU, por sua vez, já apreciou a matéria:

"É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, (Acórdão 1795/2015 – Plenário)"

"É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)"

Portanto, não cabe a CPL desclassificar a recorrente com base em documentos não solicitados na habilitação.

8.5. Caso a empresa registre em sua proposta algum dos benefícios previstos no Decreto 7.174/2010 e não indique todos os dados necessários à identificação do objeto com relação ao benefício, tais como: fabricante, marca e modelo, ocorrerá a recusa da proposta, nos termos das cláusulas 9.3.1 e 9.3.2 do Capítulo 9 do Edital. (grifado por nós)

Cabe ressaltar que a RECORRENTE indicou todos os dados necessário tais como: fabricante, marca e modelo bem como enviou catálogo, ficha técnica e declaração do fabricante.

Entretanto as formas possíveis de comprovação de aderência ao PPB estão estabelecidas no art. 7º, § único, do Decreto 7.174.

DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010.

Art. 7º A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. A comprovação prevista no caput será feita:

I - eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

II - por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

Encontra-se anexados nessa peça recursal o Declaração do PPB enviada pelo Fabricante para saneamento das dúvidas persistentes.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Em tal prol, ressalte-se lição do administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO :

"Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente."

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

" A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto".

Com isso, restou observado, ainda, o princípio do julgamento objetivo, o qual é corolário do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que a análise do produto ofertado bem como os documentos de habilitação precisam ser realizadas com base em critérios indicados no ato convocatório.

Enfim, com base nas diversas fontes de direito apresentada, inclusive lei e fonte doutrinária, cabe à Comissão de Licitação adjudicar e homologar a proposta aviada pela Recorrida, uma vez que o produto a ser entregue atenderá todas as especificações do edital.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, após demonstrada a irregularidade na desclassificação da RECORRENTE, requer que vossa senhoria se digne a proceder a classificação da SEMPRE TECNOLOGIA EIRELI, acolhendo-a, conseqüentemente, como vencedora do Pregão Eletrônico, uma vez que os documentos anexados/apresentados são suficientes para comprovação do PPB + TP solicitados em ao edital.

Em sendo indeferido o requerimento acima, REQUER seja o presente Recurso Administrativo remetido à autoridade que lhe for hierarquicamente superior, com o fim de exercer a análise das questões ora apresentadas e decidir a presente medida recursal em segundo grau de jurisdição administrativa.

O Pedido Alternativo:

Não sendo acolhido o presente Recurso Administrativo, REQUER se dignem essa Comissão Permanente de Licitação e a autoridade que lhe for hierarquicamente superior, de extrair cópia de todo o Processo Administrativo inerente ao presente certame.

De Goiânia/GO para Campo Grande/MS, 09 de julho de 2020.
Pede Deferimento.

THIAGO DE OLIVEIRA ALVES
SEMPRE TECNOLOGIA EIRELI

Fechar